

# FICHA INFORMATIVA: DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS MIGRANTES NA INGLATERRA

JEN ANG

LAWMANITY  
JUNHO 2024

## Sobre a IRMO

Dirigida por e para a comunidade, a IRMO oferece apoio abrangente que promove o desenvolvimento, a autonomia e a participação de pessoas latino-americanas e de outras comunidades de língua espanhola e portuguesa que vivem no Reino Unido.

## Sobre o Thrive

Thrive é nosso projeto de defesa do direito à educação. Seu objetivo é eliminar as barreiras estruturais que impedem crianças e jovens latino-americanos e migrantes de acessar a educação.

## Sobre Jen Ang

Este relatório foi escrito para a IRMO por Jen Ang, diretora fundadora da Lawmanity e advogada de direitos humanos com mais de 20 anos de experiência, habilitada a atuar em Nova York, Inglaterra, País de Gales e Escócia.

## Direito geral à educação

### Direito internacional e no Reino Unido

O direito à educação é reconhecido universalmente como um direito humano fundamental de todas as crianças e jovens.

Está consagrado em tratados internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). No Reino Unido, esse direito é protegido por dois tratados: a Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) e a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (UNCRC).



### Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH)

O Artigo 2 do Protocolo nº 1 estabelece que ninguém deve ser privado do direito à educação. Este direito é reforçado pelo Artigo 14, que garante seu exercício sem discriminação. O Reino Unido incorporou esses direitos por meio da Lei de Direitos Humanos de 1998, permitindo que pessoas entrem com ações judiciais nos tribunais britânicos por violações.

O Tribunal Europeu de Direitos Humanos destacou que a educação é um pilar para o bem comum, fortalecendo a democracia e promovendo a integração das minorias.



### Timishev v. Rússia (2005)

Neste caso, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu que negar o acesso à educação com base na falta de registro de residência legal violava o direito à educação, conforme o Artigo 2 do Protocolo nº 1 da CEDH.

O Tribunal afirmou que o direito à educação se aplica a todas as pessoas, independentemente do seu status migratório, e que este não deve ser um requisito para acessar a escola. Esta decisão se tornou um precedente importante para proteger o acesso à educação de crianças migrantes.



### Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (UNCRC)

O **Artigo 28** da UNCRC afirma o direito das crianças a uma educação primária gratuita, uma educação secundária diversificada e uma educação superior acessível a todas as crianças com base em sua capacidade.

O **Artigo 29** destaca os objetivos da educação, incluindo o desenvolvimento da personalidade, dos talentos e das habilidades mentais e físicas da criança ao seu potencial máximo.

Embora o Reino Unido tenha ratificado a UNCRC em 1991, ela só foi incorporada diretamente à legislação nacional na Escócia, o que limita sua aplicabilidade nos tribunais britânicos.

### Descentralização e educação

A educação é uma competência descentralizada no Reino Unido, o que significa que Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte têm autoridade para legislar sobre educação dentro de suas respectivas regiões. Isso gera diferenças nas leis e políticas educacionais em todo o Reino Unido, com Escócia e País de Gales avançando na incorporação dos direitos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança em suas legislações nacionais.

### Lei da Igualdade de 2010 (Equality Act 2010)

Essa legislação de alcance nacional no Reino Unido protege as pessoas contra discriminação com base em sexo, raça, deficiência e outras características protegidas. Embora ofereça proteção a crianças migrantes contra discriminação baseada nessas características, ela não cobre a discriminação baseada exclusivamente no status migratório.

No entanto, outros marcos legais, como a Lei de Direitos Humanos de 1998 (Human Rights Act 1998), podem oferecer fundamentos legais para contestar esse tipo de exclusão.

### Educação e Deficiência

Tanto o direito internacional quanto a Lei da Igualdade de 2010 garantem proteções adicionais a crianças com deficiência, assegurando acesso equitativo à educação. Isso inclui a obrigação das escolas de realizar ajustes razoáveis e evitar qualquer forma de discriminação.

## Direito legal à educação na Inglaterra

Na Inglaterra, o direito à educação é regido pela legislação aprovada pelo Parlamento de Westminster, já que não existe uma autoridade descentralizada independente. O Ministério da Educação supervisiona e regula o sistema educacional, e as Autoridades Educacionais Locais (conselhos locais) são responsáveis por implementar as políticas educacionais em suas respectivas áreas.

## Deveres das Autoridades Educacionais Locais

**Educação primária e secundária:** As autoridades educacionais locais devem oferecer uma educação adequada e em período integral para todas as crianças em idade escolar obrigatória (de 5 a 16 anos) que residam em sua área, garantindo que as admissões ocorram de forma oportuna e sem atrasos injustificados. Isso inclui crianças que vivem temporariamente na região, como solicitantes de asilo. A educação fornecida deve ser apropriada para a idade, capacidade e necessidades educacionais especiais da criança, independentemente de seu status migratório.

**Educação pós-16 para jovens de 16 a 19 anos:** As autoridades locais também são responsáveis por oferecer opções educacionais para jovens que já ultrapassaram a idade escolar obrigatória até completarem 18 anos. Essas opções podem incluir:

- Educação em período integral em *college* ou *sixth form*
- Aprendizado baseado no trabalho, como *apprenticeships*
- Formação em período parcial combinada com trabalho em meio período

No entanto, muitos jovens migrantes não têm permissão para trabalhar (como os solicitantes de asilo ou aqueles que estão regularizando seu status migratório), o que os impede de acessar empregos de meio período ou programas de aprendizagem profissional (*apprenticeships*). Por isso, a educação em tempo integral pode ser sua única opção.

## Necessidades educacionais especiais (NEE) e deficiências

De acordo com a Lei de Crianças e Famílias de 2014 (Children and Families Act 2014), crianças com necessidades educacionais especiais e deficiências são aquelas que têm dificuldades de aprendizagem ou deficiências que exigem provisões educacionais especiais. As autoridades educacionais locais, junto com as escolas públicas, devem identificar e avaliar as crianças com essas necessidades, oferecendo o apoio personalizado necessário. Esse apoio pode incluir programas de aprendizagem especializados, apoio adicional de professores ou assistentes, e ajuda com necessidades de comunicação e físicas.

Para crianças e jovens de até 25 anos que necessitem de mais apoio do que o oferecido pelas provisões gerais das escolas, pode-se solicitar um Plano de Educação, Saúde e Cuidados (EHCP). O plano oferece uma avaliação abrangente das necessidades educacionais, de saúde e sociais, e descreve o apoio específico necessário.

## Responsabilidade dos pais em relação à educação

Na Inglaterra, os pais têm a responsabilidade legal de garantir que seus filhos em idade escolar obrigatória recebam educação, seja frequentando regularmente a escola ou por meio de uma provisão alternativa. O descumprimento dessa obrigação pode acarretar consequências legais, como multas que variam de £60 a £2.500, e até penas de prisão de até três meses, caso não haja uma justificativa razoável para a ausência da criança.

## Estatus migratório e educação

Embora o direito internacional exija que a educação primária e secundária seja acessível e gratuita para todos, as regras de imigração do Reino Unido vinculam o acesso à educação ao status migratório.

As diretrizes do Ministério da Educação afirmam que os pais devem verificar se o status migratório de seus filhos permite que eles frequentem uma escola pública. Crianças com status migratório instável, como aquelas com visto de turista, não podem estudar em escolas públicas.

Frequentar uma escola pública nessas condições pode invalidar qualquer permissão legal que a criança ou a família tenha para permanecer no Reino Unido. No entanto, as escolas são orientadas a não verificar o status migratório no momento da matrícula dos estudantes, de modo que a responsabilidade recai sobre os pais.

Isso significa que as famílias com status migratório instável podem inscrever seus filhos na escola sem precisar apresentar provas da sua situação migratória.

As famílias que planejam regularizar seu status migratório (por exemplo, mudando de visto ou solicitando residência prolongada) podem considerar esperar até terem apresentado o pedido antes de inscrever os filhos na escola.

No entanto, até que um novo status seja concedido, continuam válidas as restrições migratórias anteriores, como a proibição de acessar fundos públicos (NRPF) ou a proibição de estudar.

## Reduzindo a lacuna entre os direitos e a prática: responsabilidades e mecanismos de responsabilização

Apesar das obrigações legais que garantem o acesso universal à educação para todas as crianças na Inglaterra, existe uma lacuna entre o que a lei determina e as experiências reais vividas por crianças e jovens migrantes.

A seguir, explicamos quem são os responsáveis por garantir esse acesso e como eles podem ser responsabilizados.

## Responsabilidades

### **Parlamento de Westminster do Reino Unido:**

Estabelece o marco legal para a educação por meio de leis como a Lei de Educação de 1996 (Education Act 1996) e a Lei de Crianças e Famílias de 2014 (Children and Families Act 2014). Define as obrigações das autoridades educacionais locais e protege contra discriminação por meio da Lei da Igualdade de 2010 (Equality Act 2010).

### **Ministério da Educação (Department for Education – DfE):**

Emite diretrizes legais, legislação secundária e códigos de conduta que estabelecem os padrões para escolas e instituições educacionais. É responsável por garantir que essas entidades cumpram a legislação vigente.

### **Autoridades Educacionais Locais (Local Educational Authorities):**

Os conselhos locais são responsáveis por oferecer serviços educacionais e garantir o acesso à educação sem discriminação. Embora tenham certa autonomia para gerir esses serviços, devem seguir os padrões e políticas nacionais.

## Responsabilização e vias legais

Para enfrentar as lacunas entre política e prática, existem diversas opções e ações legais que podem ser tomadas:

**Lacuna entre a lei e a prática:** Se uma escola não seguir as políticas estabelecidas, como não possuir uma política de admissão adequada conforme o Código de Admissões Escolares (School Admissions Code), podem ser adotadas medidas contra a escola e a autoridade educacional local para garantir o cumprimento (por exemplo, apresentando uma reclamação formal).

**Políticas ilegais:** Se a política de uma autoridade educacional local — como exigir comprovação do status migratório para realizar a matrícula — contradiz as leis nacionais, tanto a autoridade quanto as escolas envolvidas podem ser contestadas. É fundamental dar visibilidade ao problema e exigir responsabilização das escolas e autoridades educacionais (por exemplo, por meio de uma reclamação formal ou considerando uma ação judicial estratégica).

**Políticas injustas, mas legais:** Algumas políticas, como a designação de moradia sem possibilidade de escolha para solicitantes de asilo, podem ser legais, mas são percebidas como injustas. Para promover mudanças nessas políticas, os esforços devem ser direcionados ao Ministério do Interior (neste caso, o órgão governamental responsável) e a políticos e parlamentares que possam impulsionar mudanças na legislação. As ações devem se concentrar em gerar conscientização e pressionar por mudanças por meio de campanhas, advocacy e atuação na mídia.

**Leis ilegais ou injustas:** Podem ser contestadas aquelas leis que entrem em conflito com obrigações internacionais, como o direito à educação previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança ou na Convenção Europeia de Direitos Humanos.

As ações devem ser direcionadas às escolas, às autoridades educacionais locais e ao Ministério da Educação. O objetivo é gerar conscientização e pressionar por mudanças nas práticas das escolas, das autoridades locais e do próprio Ministério da Educação, bem como na legislação, por meio de campanhas, incidência política e atuação junto à mídia.

## Áreas de atuação

Em resumo, dependendo da natureza do problema, é possível direcionar ações a diferentes entidades:

- **Escolas individuais e autoridades educacionais locais:** Para garantir o cumprimento das políticas locais e nacionais.
- **Agências governamentais (como o Ministério do Interior):** Para influenciar mudanças mais amplas nas políticas públicas.
- **Parlamento e parlamentares do Reino Unido:** Para promover reformas legislativas e questionar leis em nível nacional.

## Barreiras no acesso à educação

### Processo geral de inscrição escolar

As autoridades educacionais locais são responsáveis por garantir uma educação adequada e em período integral para todas as crianças entre 5 e 16 anos que residem em sua área. Também devem oferecer opções educacionais para jovens entre 16 e 19 anos que desejam continuar seus estudos. O Código de Admissões Escolares do Ministério da Educação exige que as autoridades locais tenham uma política de admissão clara, que especifique como são geridas as inscrições — especialmente quando a demanda excede o número de vagas disponíveis.

De modo geral, as escolas devem admitir os estudantes no início do ano letivo, a menos que estejam lotadas ou que se apliquem critérios específicos de admissão, como uma afiliação religiosa.

Proceso general de inscripción escolar.

Apesar de existirem diretrizes claras sobre o direito à educação de crianças migrantes, o trabalho da IRMO revelou diversos obstáculos enfrentados por famílias ao tentarem matricular seus filhos nas escolas.

### Perguntas sobre o estatus migratório

Algumas escolas e autoridades locais solicitam informações sobre o estatus migratório como parte do processo de matrícula, o que contradiz as normas vigentes. É comum, por exemplo, pedirem cartões de embarque ou documentos migratórios específicos. O Ministério da Educação estabelece de forma clara que não se deve exigir comprovação do estatus migratório para a matrícula escolar. Essas práticas evidenciam uma discrepância entre a política e a prática, e podem ser legalmente contestadas.

### Falta de vagas nas escolas

Ao tentar matricular seus filhos, muitos pais são informados de que não há vagas disponíveis, e a autoridade educacional local não oferece orientação nem alternativas. Embora seja legal uma escola recusar um aluno por falta de vagas, ela deve apresentar razões claras para a recusa, além de fornecer informações sobre listas de espera e processos de apelação. As autoridades educacionais locais têm a responsabilidade de garantir que todas as crianças recebam uma educação adequada de forma oportuna e devem oferecer apoio às famílias nessas situações.

## Desafios na educação pós-16

Jovens entre 16 e 18 anos com status migratório precário ou temporário frequentemente enfrentam dificuldades para se matricular em um college, pois lhes é exigida a comprovação de residência legal. Soma-se a isso a existência de barreiras econômicas, já que muitos desses estudantes não têm direito à isenção de taxas e precisam arcar com os custos da matrícula. Além disso, os colleges às vezes relutam em aceitar estudantes cujo status migratório pode vencer durante o período do curso.

A educação para a faixa de 16 a 19 anos é regulada pela Agência de Financiamento da Educação e Habilidades (ESFA), e não pelas autoridades educacionais locais, o que gera diferenças nas regras de financiamento e critérios de elegibilidade. É necessário realizar ações de incidência para mudar essas políticas e garantir que todos os jovens, independentemente de sua situação migratória, possam acessar a educação após os 16 anos.

## Atrasos na escolarização

Jovens que deveriam ingressar nos anos 10 e 11 (geralmente entre 15 e 16 anos) costumam ser os que mais enfrentam longos períodos de espera para conseguir uma vaga escolar, permanecendo fora do sistema educacional por vários meses.

Existe um processo chamado Protocolo de Acesso Justo (Fair Access Protocol – FAP), por meio do qual estudantes em situação de desvantagem podem ser encaminhados a um comitê para serem alocados rapidamente em uma escola. No entanto, foi observado que algumas autoridades locais não aplicam o FAP a estudantes migrantes nesses anos escolares, devido à alta demanda por vagas.

Embora cada autoridade local tenha o direito de adaptar a forma como utiliza o Protocolo, elas devem seguir as diretrizes do Ministério da Educação. A falta de coerência na aplicação dos FAP gera barreiras injustas para as famílias migrantes. Se uma autoridade local se recusar a fazer a indicação por meio do FAP, ela deve justificar sua decisão e disponibilizar sua política de FAP, a qual pode ser contestada caso não esteja alinhada com as orientações do Ministério da Educação.

## Mudanças de moradia

Famílias solicitantes de asilo frequentemente recebem notificações de realocação sem aviso prévio, e essas transferências costumam ser obrigatórias. Caso se recusem a mudar, podem perder o direito à moradia.

Embora a política do Ministério do Interior estabeleça que os interesses das crianças devem ser levados em consideração ao realocar uma família, fatores práticos como a disponibilidade de moradia podem resultar em decisões que afetam negativamente a educação das crianças.

As famílias podem solicitar uma mudança de moradia se apresentarem evidências do impacto na educação de seus filhos. No entanto, o sucesso desses pedidos depende da qualidade das provas fornecidas e das opções de moradia disponíveis. Nesses casos, o apoio de assistentes sociais ou advogados pode ser muito útil.

## Barreiras à igualdade de tratamento na educação

### Dever legal de não discriminação e igualdade de tratamento

As autoridades educacionais locais na Inglaterra devem garantir igualdade de tratamento e não discriminação no acesso à educação. Isso está estabelecido em legislações como a Lei da Igualdade de 2010 e a Lei de Direitos Humanos de 1998, que proíbem discriminação e promovem igualdade de oportunidades.

### Barreiras linguísticas na participação familiar

Famílias de crianças com Planos de Educação, Saúde e Cuidados (EHCP) muitas vezes enfrentam dificuldades para se comunicar com a equipe de Necessidades Educacionais Especiais (SEN) da escola. Em algumas ocasiões, durante reuniões ou revisões anuais, não são oferecidos serviços de tradução, mesmo quando os pais não falam inglês.

O Código de NEE (SEN Code of Practice) e a Lei da Igualdade de 2010 exigem que as escolas previnam a discriminação, inclusive por motivo de idioma ou nacionalidade. Por isso, as escolas devem fornecer informações claras e, quando necessário, serviços de tradução. As famílias podem tomar medidas legais caso a falta de tradução impeça sua participação no processo do EHCP.

### Barreiras para acessar uma avaliação de necessidades educacionais, de saúde e de cuidados (EHCNA)

É cada vez mais comum que escolas e equipes de necessidades educacionais especiais demonstrem resistência em apoiar famílias na solicitação de uma avaliação de necessidades (EHCNA), mesmo quando o estudante não recebe o apoio de que necessita na escola. As escolas devem realizar ajustes razoáveis e colaborar com os pais para apoiar crianças com necessidades educacionais. Se uma criança tem ou pode vir a ter essas necessidades, a autoridade local é obrigada a realizar a avaliação — e qualquer recusa por parte da escola pode ser contestada.

### Desafios e barreiras no apoio às necessidades educacionais especiais (NEE)

Crianças com EHCP frequentemente enfrentam atrasos em sua educação devido à falta de recursos, o que as deixa fora do sistema educacional por longos períodos.

Isso evidencia uma lacuna entre a política e a prática. As famílias podem tomar medidas legais para garantir que a escola ou a autoridade local cumpram suas obrigações. Se o problema não for resolvido, é possível apresentar uma reclamação ao Defensor do Povo (Local Government and Social Care Ombudsman).

## Desafios para estudantes com inglês como língua adicional (EAL)

Algumas escolas não oferecem o apoio adequado para estudantes que têm o inglês como língua adicional. Em certos casos, as necessidades linguísticas são confundidas com necessidades educacionais especiais — ou o contrário. Em outros, simplesmente não há apoio suficiente para os alunos de EAL. De acordo com a Lei da Igualdade de 2010, as escolas devem evitar discriminação com base em raça ou nacionalidade e garantir acesso equitativo à educação. Se uma escola se recusar a oferecer esse apoio, as famílias podem recorrer à autoridade educacional local e considerar tomar medidas legais, se necessário.



### Verificação do status migratório

**IRMO:** Monitorar e contestar casos em que escolas solicitem informações sobre o status migratório, atuando tanto no nível individual quanto institucional. Utilizar esses casos para gerar conscientização pública e influenciar políticas.

**Ministério da Educação e Autoridades Educacionais Locais (LEAs):** Deixar claro que não é necessário realizar verificações de status migratório para a matrícula escolar. Eliminar práticas que criem barreiras, como a linha de denúncias ("tipping off"), e garantir que os dados educacionais não sejam utilizados para fins de controle migratório.

## Recomendações principais

### Informações acessíveis sobre os direitos educacionais

**IRMO:** Desenvolver materiais informativos sobre direitos educacionais em formatos e idiomas acessíveis. Incluir orientações sobre como acessar apoio da equipe da IRMO ou de outras organizações.

**ONGs:** Criar ou adaptar materiais que abordem especificamente os desafios enfrentados por crianças migrantes — especialmente aquelas que estão aprendendo inglês como segunda língua.

**Ministério da Educação e Autoridades Locais:** Fornecer materiais atualizados e acessíveis nos idiomas das comunidades para famílias migrantes e financiar ONGs que possam apoiar esse trabalho.



### Barreiras e discriminação na educação

**Desafios:** Incluem atrasos na matrícula escolar, ausência de encaminhamentos pelo Protocolo de Acesso Justo, apoio inadequado para estudantes com NEE e para aqueles com inglês como língua adicional, além de restrições de financiamento e oportunidades de aprendizagem para jovens mais velhos.

**IRMO:** Documentar e contestar essas barreiras por meios legais e não legais. Participar de litígios estratégicos e campanhas de conscientização pública, e colaborar com especialistas em educação para enfrentar questões sistêmicas.

**Ministério da Educação e Autoridades Locais:** Oferecer orientações mais claras sobre a aplicação de códigos e protocolos educacionais, e defender maior elegibilidade para financiamento e formação profissional para todos os jovens — inclusive aqueles que não têm direito de trabalhar.

